
RELATÓRIO & CONTAS 2011

Associação INTEGRALAR

Dezembro 2011



**PORTUGAL
FOODS**

From Knowledge to Change

Índice

1. Mensagem do Presidente do Conselho de Administração	4
2. Órgãos Sociais	5
3. Acções Desenvolvidas	6
4. Balanço e Demonstração de Resultados	12
5. Nota Final	12
6. Balanço	13
7. Demonstração de Resultados por Naturezas	14
8. Mapa de Variações dos Capitais Próprios	15
9. Anexo	16
10. Relatório e parecer do Conselho Fiscal	37
11. Certificação das Contas	38

1. Mensagem do Presidente do Conselho de Administração

Caros Associados,

Durante o ano de 2011 continuamos a trabalhar na dinamização do Pólo de Competitividade e Tecnologia, estimulando as empresas e as entidades do sistema científico e tecnológico a cooperarem no sentido de fomentar o aumento do índice tecnológico e de inovação do sector, assim como na promoção da internacionalização das empresas, dos seus produtos e do conhecimento que se produz em Portugal.

Por outro lado, e com o esforço de toda a Administração, conseguimos finalmente que o Governo Português começasse a olhar para o sector agro-alimentar como um pilar fundamental da economia portuguesa.

Entendemos que o Estado deverá ser o elemento facilitador, disponibilizando e fazendo articular todas as organizações que tutela, no suporte às empresas, dando sinais de apoio e visibilidade institucional, considerando a fileira agro-alimentar sempre na sua agenda política. Consideramos que é necessário que o sector agro-alimentar obtenha o seu real peso e significado no pensamento dos nossos políticos e nos seus discursos.

PORTUGALFOODS - "From Knowledge to Change". A mudança é o que continuamos a querer implementar na fileira agro-alimentar. Conhecimento que se materializa em Mudança. O caminho percorrido até agora leva-nos claramente a pensar que algo está a mudar e que nós fomos agentes dessa mudança. A importância que está a ser dada ao agro-alimentar é disso prova inequívoca, pelo que, apesar de todas as adversidades, sentimos que esta união nos fará mais fortes e ganhadores.

Com os melhores cumprimentos,

João Miranda

Presidente do Conselho Administração

2. Órgãos Sociais

Assembleia-geral:

- **Presidente:** RAR - Sociedade de Controle (Holding) SA
- **Vice-Presidente:** Universidade Trás-os-Montes e Alto Douro
- **Secretário:** ADRAVE - Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Ave, S.A.

Conselho de Administração

- **Presidente:** FRULACT - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.G.P.S.
- **Vice-Presidente:** DEROVO - Derivados de Ovos SA
- **Vice-Presidente:** Universidade Católica Portuguesa
- **Vogal:** Pascoal & Filhos, SA
- **Vogal:** Primor Charcutaria-Prima, SA
- **Vogal:** Vieira de Castro - Produtos Alimentares, SA
- **Vogal:** Instituto Politécnico de Viana do Castelo

Conselho Fiscal

- **Presidente:** Castro, Pinto & Costa, Lda.
- **Vogal:** Universidade do Porto
- **Vogal:** ROC

3. Acções Desenvolvidas

A PORTUGALFOODS centra as suas actividades em duas áreas de actuação: *Knowledge Division* e *Market Division*. Durante o ano de 2011 e dentro daquelas duas áreas foram desenvolvidas várias acções com impacto para o sector agro-alimentar.

Assim, e em termos de *Knowledge Division*, destacam-se as actividades focadas na concretização dos projectos âncora da PortugalFoods, bem como em iniciativas focadas no estímulo à inovação e na aproximação das empresas aos centros de conhecimento.

Foram efectuados progressos ao nível da concretização dos projectos âncora da PortugalFoods.

Assim, procedeu-se ao arranque do projecto mobilizador Noveltec (consórcio entre universidades e empresas) e que versa sobre o desenvolvimento de tecnologias emergentes e sua aplicação na extensão do tempo prateleira dos produtos desenvolvidos.

O projecto Nutrilife foi concluído com sucesso, e que se relaciona com o desenvolvimento de produtos funcionais, levantamento de tendências e oportunidades de mercado neste tema, cruzadas com as tendências e enquadramento mundial, a nível alimentar, bem como com questões de saúde. Será de referir que a sessão de divulgação dos resultados do projecto teve uma forte adesão junto da comunidade científica e empresarial (dentro e fora dos associados) e foi aliada a uma sessão de divulgação das 10 maiores tendências do sector agro-alimentar para 2012.

Finalmente, foi feito o acompanhamento do projecto SustainProd, que versa sobre questões de sustentabilidade, nas suas três vertentes, e aferição do grau de conhecimento deste tema dentro do sector primário.

De forma a potenciar o grau de participação das empresas e universidades Portuguesas em consórcios internacionais, pela participação em projectos de IDT Europeus, foram desenvolvidas algumas acções que actuaram como catalisadoras destas colaborações. Neste sentido, será de referir a assinatura de dois protocolos de colaboração: um com a *University of Novi Sad, Institute for Food Technology e Indemnity Fund of Republic of Serbia* (Sérvia) e outro com a CLUSAGA - Cluster da Galiza, bem como a concretização de reuniões de trabalho com o VITAGORA (Cluster Agro-alimentar Francês), ao abrigo de um outro protocolo assinado em 2010. Ainda, face à articulação próxima da PortugalFoods com o Gabinete de Promoção do 7º Programa Quadro em Portugal, foram desenvolvidas algumas acções de disseminação dos vários programas europeus direccionados às empresas, bem como convites de participação direccionados para chamadas específicas, onde a Portugalfoods actuou como facilitador neste processo.

Finalmente, deve-se mencionar que a PortugalFoods está a prestar apoio no desenvolvimento de um documento estratégico que suportará a extensão da Plataforma Europeia - *Food for Life* em Portugal.

A nível nacional, e de forma a promover as colaborações entre as universidades e as empresas, foram efectuadas várias divulgações das chamadas do QREN, bem como estabelecidas múltiplas iniciativas (e reuniões presenciais) entre as universidades e

as empresas, com o objectivo de concretizar e formatar estas parecerias sob as várias ferramentas existentes, permitindo às empresas beneficiar dos financiamentos disponíveis para este tipo de projectos (ex: co-promoção, Vale IDT, etc.). Não obstante destas iniciativas terem sido preferencialmente efectuadas junto dos associados, algumas diligências neste âmbito foram também efectuadas fora deste círculo, atraindo assim a adesão empresarial para o universo PortugalFoods.

A PortugalFoods teve também uma participação activa em diversos eventos/iniciativas a convite dos seus associados e outras entidades, divulgando deste modo as actividades em curso e potenciando as actividades de IDT. Alguns exemplos são a presença em encontros internacionais como o evento da *European Science Foundation* promovido Universidade do Minho; o encerramento da Rede REAL com um forte envolvimento e presença empresarial e de entidades do sistema científico, e várias participações no âmbito das sessões paralelas da Feira Alimentaria, entre outras.

Ainda na vertente do estímulo à inovação, foram enviados do Observatório da PortugalFoods vários relatórios à medida dos interesses e áreas de actuação dos associados, ou de interesse transversal, com o objectivo de estimular a inovação junto das empresas, bem como informar as entidades do sistema científico acerca dos produtores inovadores que vão sendo lançados mundialmente.

No que respeita à *Market Division*, a PORTUGALFOODS teve aprovada uma candidatura de um projecto conjunto de internacionalização e que contemplou um conjunto de acções que decorreram durante o ano 2011. Nomeadamente, a

PortugalFoods esteve presente na 78ª Feira Internacional de Agricultura na Sérvia, que decorreu no mês de Maio entre os dias 14 e 21, numa organização conjunta promovida pela PortugalFoods, MADRP, AICEP, Embaixada de Portugal e Câmara de Comercio Luso Balcãs.

Neste âmbito, estiveram presentes 50 empresas nacionais, sendo que a Feira contou com ca. de 300.000 visitantes e 1.500 expositores. Assim, e num espaço comum dedicado à PORTUGALFOODS ficou patente uma forte presença nacional, promovendo as empresas participantes, as suas marcas e os seus produtos. Foram ainda promovidas e realizadas reuniões bilaterais, entre as empresas participantes e potenciais compradores/importadores, mediante o cruzamento prévio de interesses e áreas de actuação de ambas as entidades, bem como efectuadas visitas a centrais de compra de empresas distribuidoras.

Entre os dias 5 a 7 de Setembro de 2011, e por solicitação da AICEP, a PortugalFoods organizou a visita do maior importador e distribuidor de produtos alimentares da Indonésia, P.T. Sukanda Djaya, a 11 empresas portuguesas, previamente seleccionadas pelo importador. As empresas visitadas pertencem a vários subsectores, designadamente produtos de panificação congelados, refeições pré-confeccionadas e ultracongeladas, sumos e néctares, especialidades de azeitonas, vinagres, condimentos e molhos, conservas de peixe, doces e compotas, bolachas e chocolates.

Em Outubro, a PortugalFoods levou 16 empresas à Feira Anuga, Alemanha, sendo que mais 3 empresas estiveram fora do stand conjunto e em halls específicos do

respectivo sector, mas com material de comunicação que assinalava a ligação à PortugalFoods.

Em Dezembro, a PortugalFoods organizou, em duas datas diferentes, uma sessão sobre “Acções de Internacionalização da PortugalFoods” constituída por duas partes: a primeira, onde a PortugalFoods divulgou os resultados das Acções de Internacionalização que tiveram lugar em 2011 e, uma segunda parte, onde foram abordados temas relacionados com a “Internacionalização das Empresas Portuguesas no Brasil”, com a colaboração do parceiro Abreu & Associados.

Para além das actividades desenvolvidas sob a *Knowledge e Market Divisions*, a PortugalFoods, continuou o seu trabalho de sensibilização junto das tutelas para uma maior articulação das estratégias e dos instrumentos disponíveis para o sector agro-alimentar. Assim, várias reuniões tiveram lugar entre a Administração da PortugalFoods e representantes do Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente, e do Ordenamento do Território e da Agricultura e Ministério da Economia e Emprego, por forma a considerar o sector agro-alimentar como um dos pilares da economia nacional.

Tendo em conta a dependência que a Associação tem tido em relação ao financiamento público e dada a conjuntura actual, o ano de 2012 será um ano onde a Associação deverá criar mecanismos de auto-sustentabilidade financeira, por forma a dar continuidade à sua missão. Neste seguimento, a Associação irá trabalhar para que ano de 2012 seja um ano de crescimento em termos de número de Associados bem

como na consolidação das actividades desenvolvidas nas vertentes do *Knowledge e Market Divisions* e que possam traduzir-se em prestação de serviços. Para além disso, espera-se que o Ministério da Economia e Emprego dê continuidade ao reconhecimento da Associação enquanto Pólo de Competitividade e, por conseguinte, como motor de crescimento da economia.

A Associação não tem qualquer dívida em situação de mora ao Estado nem a qualquer outro Ente Público incluindo à Segurança Social.

4. Balanço e Demonstração de Resultados

Propõe a Administração que o prejuízo de 21.659,35€, apurado no período de 12 meses findo em 31 de Dezembro de 2011, seja na sua globalidade aplicado em Resultados Transitados.

5. Nota Final

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, o Conselho de Administração submete à apreciação dos Associados o Relatório de Actividades, o Balanço e Contas referentes ao exercício de 2011, na firme convicção de que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação nele contida foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo da Associação Integrar, da situação financeira e dos seus resultados.

6. Balanço

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2011	31-12-2010
ACTIVO			
ACTIVO NÃO CORRENTE			
Activos Fixos Tangíveis	6	6.112,37	6.748,75
Activos Intangíveis	5	7.036,19	3.612,09
		13.148,56	10.360,84
ACTIVO CORRENTE			
Clientes	11	27.992,00	13.250,00
Estado e Outros Entes Públicos	14	70.845,76	
Outras Contas a Receber	11	956.632,44	948.426,52
Diferimentos		105.084,00	444,07
Caixa e Depósitos Bancários	4	31.517,04	12.270,95
		1.192.071,24	974.391,54
TOTAL DO ACTIVO		1.205.219,80	984.752,38
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital Realizado (Joias)	11	48.000,00	34.000,00
Resultados Transitados		-8.794,63	16.167,32
Outras variações no capital próprio		580.248,57	860.578,46
Resultado Líquido do Período		-21.659,35	-24.961,95
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		597.794,59	885.783,83
PASSIVO			
PASSIVO CORRENTE			
Estado e Outros Entes Públicos	14	71.094,39	3.499,43
Financiamentos Obtidos	7	50.000,00	44.000,00
Outras contas a pagar	11	486.330,82	51.469,12
		607.425,21	98.968,55
TOTAL DO PASSIVO		607.425,21	98.968,55
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		1.205.219,80	984.752,38

7. Demonstração de Resultados por Naturezas

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		31-12-2011	31-12-2010
Vendas (Quotas)	8	469.273,20	35.562,50
Fornecimentos e Serviços Externos		616.395,23	143.579,08
Gastos com o pessoal	12	120.434,58	65.574,21
Outros rendimentos e ganhos	9	282.199,07	153.822,88
Outros gastos e perdas	14	31.093,08	996,26
Resultados antes de depreciações ,gastos de financiamento e impostos		-16.450,62	-20.764,17
Gastos/Reversões de depreciação e de amortização		3.214,73	3.704,47
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-19.665,35	-24.468,64
Juros e Gastos Similares Suportados	7	1.994,00	493,31
RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS		-21.659,35	-24.961,95
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		-21.659,35	-24.961,95

8. Mapa de Variações dos Capitais Próprios

ASSOCIAÇÃO INTEGRAL - Intervenção de Excelência no Sector Agro-Alimentar
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 2010

NOTAS	Capital realizado	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total	Interesses minoritários	Total do Capital próprio
1	25.750,00	-	-	-	-	-	17.044,55	-	-	586.107,17	877,23	628.831,49	-	828.831,49
2	-	-	-	-	-	-	877,23	-	-	-	-	877,23	-	877,23
3	-	-	-	-	-	-	877,23	-	-	271.398,39	24.961,95	245.559,21	-	245.559,21
4	8.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	2.256,90	-	10.256,90	-	10.256,90
5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.250,90	-	2.250,90	-	2.250,90
6	8.000,00	-	-	-	-	-	16.167,32	-	-	860.578,46	24.961,95	881.703,83	-	881.703,83
7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
10	14.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	290.329,89	21.659,35	305.989,24	-	305.989,24
11	14.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	290.329,89	21.659,35	305.989,24	-	305.989,24
12	58.000,00	-	-	-	-	-	8.744,63	-	-	390.248,57	46.621,30	572.832,84	-	572.832,84
13	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
14	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
15	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
16	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
17	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
18	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
19	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
20	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
21	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
22	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
23	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
24	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
25	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
26	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
27	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
28	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
29	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
30	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
31	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
32	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
33	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
34	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
35	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
36	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
37	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
38	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
39	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
40	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
41	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
42	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
43	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
44	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
45	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
46	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
47	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
48	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
49	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
50	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
51	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
52	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
53	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
54	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
55	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
56	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
57	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
58	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
59	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
60	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
61	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
62	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
63	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
64	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
65	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
66	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
67	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
68	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
69	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
70	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
71	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
72	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
73	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
74	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
75	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
76	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
77	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
78	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
79	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
80	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
81	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
82	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
83	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
84	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
85	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
86	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
87	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
88	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
89	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
90	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
91	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
92	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
93	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
94	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
95	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
96	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
97	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
98	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
99	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
100	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Associação Integral - Intervenção de Excelência no Sector Agro-Alimentar

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 2011

ASSOCIAÇÃO INTEGRAL - Intervenção de Excelência no Sector Agro-Alimentar

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 2011

NOTAS	Capital realizado	Ações (quotas) próprias	Prestações desempenhadas e outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total	Interesses minoritários	Total do Capital próprio
1	34.000,00	-	-	-	-	-	16.167,32	-	-	860.578,46	24.961,95	881.703,83	-	881.703,83
2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
10	14.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	290.329,89	21.659,35	305.989,24	-	305.989,24
11	14.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	290.329,89	21.659,35	305.989,24	-	

9. Anexo

1 - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE:

1.1 - Designação da entidade

A “Associação Integralar - Intervenção de Excelência no Sector Agro-Alimentar” é uma Associação constituída em 13 de Outubro de 2008 , com sede social na Tecmaia - Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, SA sita na Rua Engenheiro Frederico Ulrich n.º 2650, 4470-065 Maia e que tem como actividade principal Outras Actividades Associativas, N.E.

Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.

2 – REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Referencial Contabilístico

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho de 2010, face ao previsto no n.º 2 do art.º 3.º desse diploma, aplicando-se o nível de normalização contabilística correspondente às 28 normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF), aprovadas pelo Aviso n.º 15655/2009, de 7 de Setembro, com as consequentes adaptações em função das necessidades de relato financeiro da “Associação Integralar - Intervenção de Excelência no Sector Agro-Alimentar” regulados pelos seguintes instrumentos legais:

- Aviso n.º 15652/2009, de 7 de Setembro (Estrutura conceptual);
- Portaria n.º 986/2009, de 7 de Setembro (Modelos de demonstrações financeiras);
- Portaria n.º 1011/2009, de 9 de Setembro (Código de contas);

- Aviso n.º 15655/2009, de 7 de Setembro (Normas contabilísticas e de relato financeiro);
- Aviso n.º 15653/2009, de 7 de Setembro (Normas interpretativas 1 e 2).

2.2. Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respectivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo e dos resultados da entidade.

No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que ponham em causa a imagem verdadeira e apropriada.

3 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS:

3.1 - Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, de acordo com as normas contabilísticas e de relato financeiro.

ACTIVOS INTANGÍVEIS

Os activos intangíveis adquiridos pela Empresa encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e eventuais perdas de imparidade acumuladas, e só são reconhecidos se for provável que venham a gerar benefícios económicos futuros para a Empresa, se possa medir razoavelmente o seu valor e se a Empresa possuir o controlo sobre os mesmos.

Os activos intangíveis são constituídos basicamente por Propriedade Industrial, sendo os mesmos amortizados pelo método da linha recta durante um período de 10 anos.

ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os activos fixos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2009 (data de transição para NCRF), encontram-se registados ao seu custo de aquisição, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites até àquela data, deduzido das depreciações e quaisquer perdas por imparidades.

Na transição manteve-se o critério de mensuração pelo método do custo.

Os activos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e quaisquer perdas por imparidades.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha recta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

Activo Fixo Tangível	Vida Estimada
Equipamento Básico	1 a 3
Equipamento Administrativo	1 a 8

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados. As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos activos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos activos fixos tangíveis foram registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

O desreconhecimento dos activos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas «Outros rendimentos e ganhos» ou «Outros gastos e perdas».

CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime do acréscimo, excepto nos casos em que estes sejam directamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um activo cujo período de tempo para ficar pronto para o uso pretendido seja substancial, sendo capitalizados até ao momento em que todas as actividades necessárias para preparar o activo para uso ou venda estejam concluídas.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Clientes e outras dívidas de terceiros

As dívidas de clientes e outras a receber são registadas pelo seu valor nominal, ajustadas subsequentemente por eventuais perdas por imparidade de modo a que reflectam o seu valor realizável. As referidas perdas são registadas na conta de resultados do exercício em que se verificarem.

Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo custo, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependente de o seu vencimento ocorrer a menos ou a mais de um ano, respectivamente.

Os juros dos empréstimos obtidos são reconhecidos como custo à medida que são incorridos.

Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores e outras a pagar são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros.

Caixa e Depósitos Bancários

Os montantes incluídos na rubrica «Caixa e depósitos bancários» correspondem aos valores de caixa, depósitos a ordem, depósitos a prazo e outros depósitos bancários imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor.

REGIME DO ACRÉSCIMO

As transacções são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas «Outras contas a receber e a pagar» e «Diferimentos».

RÉDITO

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber. O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transacção à data do balanço, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transacção podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transacção à data de relato pode ser valorizada com fiabilidade.

SUBSÍDIOS DO GOVERNO

Os subsídios do governo são reconhecidos de acordo com o justo valor quando existe uma garantia razoável de que irão ser recebidos e que a empresa cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

O montante de cada um dos subsídios contratualizado é contabilizado na conta de Subsídios, no Capital Próprio e é reconhecido à medida que é efetuado o Investimento de acordo com o desenvolvimento de cada projeto.

BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, complementos de trabalho nocturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Administração.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respectivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídios de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de Dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira são reflectidos nas demonstrações financeiras.

Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira, se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.2 - Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

4 - FLUXOS DE CAIXA

Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

(valores expressos em euros)

	Saldo 31-12-2010	Débitos	Créditos	Saldo 31-12-2011
Caixa	373,09	-	85,73	287,36
Depósitos à Ordem	11.897,86	682.286,80	662.954,98	31.229,68
Outros depósitos bancários	-	-	-	-
Total de Caixa e Depósitos Bancários	12.270,95	682.286,80	663.040,71	31.517,04
Dos quais Depósitos bancários no exterior	-	-	-	-

5 - ACTIVOS INTANGÍVEIS

5.1 - Divulgação para cada classe de activos intangíveis, distinguindo entre os activos intangíveis gerados internamente outros activos intangíveis:

a) As amortizações do período são calculadas tendo em consideração as seguintes vidas úteis e taxa de amortização médias:

Activos Intangíveis - Outros	Vida Útil	Taxa de Amortização
Copyrights, patentes e outros direitos de propriedade industrial	3- 10	10%-33,33%

b) Os elementos dos activos intangíveis com vidas úteis finitas são amortizados pelo método da linha recta, durante um período que varia entre 3 e 10 anos.

c) Os activos intangíveis apresentam a seguinte decomposição por classe:

Activos Intangíveis - Outros	31-12-2011		31-12-2010	
	Quantia escriturada bruta	Amort. e perdas por imparidade	Quantia escriturada bruta	Amort. e perdas por imparidade
Copyrights, patentes e outros direitos de propriedade industrial	5.391,60	3.184,59	5.391,60	1.405,08
Outros Activos intangíveis	5.000,00	170,82		
Totals	10.391,60	3.355,41	5.391,60	1.405,08

d) O valor das amortizações relativas a activos intangíveis incluídas na rubrica de “Gastos/Reversões de depreciação de amortização” da demonstração dos resultados ascende a:

Amortizações do período - Outros	2011	2010
Copyrights, patentes e outros direitos de propriedade industrial	1405,08	1405,08
Outros Activos intangíveis	170,82	
Total	1.575,90	1.405,08

e) Os movimentos na rubrica activos intangíveis durante o ano 2011 e em 2010 são os que se seguem:

(valores expressos em euros)

	Goodwill	Projectos desenv.	Programas Computador	Propriedade Industrial	Outros Act. Intangíveis	TOTAL
Com vida útil indefinida						
Quantia bruta escriturada final	-	-	-	-	-	-
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-	-	-
Quantia líquida escriturada final	-	-	-	-	-	-
Com vida útil definida						
Quantia bruta escriturada inicial	-	-	-	5.391,60	-	5.391,60
Amortizações acumuladas iniciais	-	-	-	1.779,51	-	1.779,51
Perdas por imparidade acumuladas iniciais	-	-	-	-	-	-
Quantia líquida escriturada inicial	-	-	-	3.612,09	-	3.612,09
Movimentos do período	-	-	-	1.405,08	4.829,18	3.424,10
Total das adições	-	-	-	-	5.000,00	5.000,00
Aquisições em 1ª mão	-	-	-	-	5.000,00	5.000,00
Aquisições através de concentrações de actividades empresariais	-	-	-	-	-	-
Outras aquisições	-	-	-	-	-	-
Trabalhos para a própria empresa	-	-	-	-	-	-
Acréscimo por reavaliação	-	-	-	-	-	-
Outras aquisições	-	-	-	1.405,08	170,82	1.575,90
Total das diminuições:				1.405,08	170,82	1.575,90
Amortizações	-	-	-	-	-	-
Perdas por imparidade	-	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	-	-	-
Abates	-	-	-	-	-	-
Outras	-	-	-	-	-	-
Reversões de perdas por imparidade	-	-	-	-	-	-
Transferência de intangíveis em curso	-	-	-	-	-	-
Transferência de/para activos não correntes detidos para venda	-	-	-	-	-	-
Outras transferências	-	-	-	-	-	-
Quantia líquida escriturada final	-	-	-	2.207,01	4.829,18	7.036,19
Quantia de garantia de passivos e/ou titularidade restringida	-	-	-	-	-	-

5.2 - Activos Intangíveis adquiridos por meio de um subsídio do Governo e inicialmente reconhecidos pelo justo valor:

A empresa detinha os seguintes activos intangíveis por meio de subsídios governamentais, os quais foram mensurados inicialmente ao seu justo valor:

(valores expressos em euros)

	Justo Valor inicial	Quantia escriturada 31-12-2011	Quantia escriturada 31-12-2010	Método de mensuração após reconhecimento
Activo Intangível				
Propriedade Industrial		5.391,60	5.391,60	
Site Portugal Foods		5.000,00	-	
Total	-	10.391,60	5.391,60	

6 - ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

6.1 - Divulgações sobre activos fixos tangíveis:

a) Bases de Mensuração

Os activos tangíveis estão valorizados de acordo com o modelo do custo, segundo o qual um item do activo tangível é escriturado pelo seu custo menos depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

b) Método de depreciação usado:

A empresa deprecia os seus bens do activo fixo tangível de acordo com o método da linha recta. De acordo com este método, a depreciação é constante durante a vida útil do activo se o seu valor residual não se alterar.

c) Vidas úteis e taxas de depreciação usadas

As depreciações do período são calculadas tendo em consideração as seguintes vidas úteis e taxas de depreciação médias:

Activos Tangíveis	Vida Útil	Taxa de Depreciação
Equipamento Básico	1 - 3	33,33%-100%
Equipamento Administrativo	1 - 8	12,5%-100%

6.2 - Depreciações, reconhecidos nos resultados ou como parte de um custo de outros activos durante o período:

(valores expressos em euros)

Activos Tangíveis	Depreciação reconhecida nos resultados 2011
Equipamento Básico	757,58
Equipamento Administrativo	881,25
Total	1.638,83

6.3 - Depreciação Acumulada no final do exercício:

(valores expressos em euros)

Depreciações Acumuladas	31-12-2011
Equipamento Básico	2.642,87
Equipamento Administrativo	2.089,80
Total	4.732,67

7 - CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

7.1 - Política contabilística adoptada nos custos de empréstimos obtidos:

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime do acréscimo, excepto nos casos em que estes encargos sejam directamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um activo cujo período de tempo para ficar pronto para o uso pretendido seja substancial, caso em que são capitalizados até ao momento em que todas as actividades necessárias para preparar o activo elegível para o seu uso ou venda estejam concluídos.



7.2 - Quantia dos custos de empréstimos obtidos capitalizada:

(valores expressos em euros)

	Valor do empréstimo (e diferença do valor contratual)		Custos dos empréstimos obtidos anuais suportados		Taxa de capitalização usada	Custos dos empréstimos obtidos capitalizados	Custos dos empréstimos obtidos levados a gasto
	Corrente	Não Corrente	Total	Dos quais: juros suportados			
Empréstimos genéricos:							
Instituições de crédito e sociedades financeiras			3.205,97	1.994,00	%		
Mercado de valores mobiliários					%		
Participantes de capital					%		
Empresas de suprimentos e outros mútuos					%		
Outros Participantes - suprimentos e outros mútuos					%		
Outros					%		
Dos quais empresas-participantes, subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos					%		
Outros financeiros					%		
Empréstimos específicos							
Instituições de crédito e sociedades financeiras							
Participantes de capital							
Empresas de suprimentos e outros mútuos							
Outros Participantes - suprimentos e outros mútuos							
Outros							
Dos quais empresas-participantes, subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos							
Outros financeiros							
TOTAL	50.000,00		3.205,97	1.994,00		0	
Dos quais não residentes:							

8 - RÉDITOS

8.1- Políticas contabilísticas adoptadas para o reconhecimento do rédito:

A empresa reconhece os réditos de acordo com os seguintes critérios:

- a) **Prestações de serviços** - são reconhecidas na demonstração dos resultados com referência ao período a que respeitam. Referem-se às quotas dos associados de cada período, independentemente do seu recebimento;

8.2- Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período:

	<i>(valores em euros)</i>	
	31-12-2011	31-12-2010
Prestações de serviços	469.273,20	35.562,50
Total	469.273,20	35.562,50

	<i>(valores em euros)</i>	
	31-12-2011	31-12-2010
Vendas e Prestações de serviços		
Mercado interno	469.273,20	35.562,50
Mercado externo		
Total	469.273,20	35.562,50

9 - CONTABILIZAÇÃO DOS SUBSÍDIOS DO GOVERNO E DIVULGAÇÃO DOS APOIOS AO GOVERNO

9.1 - Políticas contabilísticas adoptadas:

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o justo valor quando existe uma garantia razoável de que irão ser recebidos e que a empresa cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com activos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração de resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados. No caso de o subsídio estar relacionado com activos não depreciables e intangíveis com vida útil indefinida, são mantidos nos capitais próprios, excepto se a quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

9.2 - Natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo:

Subsídios do Estado e outros entes públicos		
Projectos	Valores Investidos no período 2011	Subsídio reconhecido nas DF'S
Projecto SIAC	191.208,45	143.406,35
Projecto internacionalização	55.016,86	38.511,80
Projecto Nutrilife	40.394,03	28.275,82
Projecto SustainProd	16.586,31	11.610,42
Projecto Internacionalização	78.034,00	58.525,50

10 - ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

Entre 31 de Dezembro de 2011 e a data em que as contas foram aprovadas para emissão não ocorrerem factos significativos .

11 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

11.1 - Bases de mensuração:

É política da empresa reconhecer um activo, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A empresa mensura ao custo, menos perdas por imparidade acumuladas, os instrumentos financeiros que tenham uma maturidade definida, que os retornos sejam de montante fixo, com taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou com taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento (como, por exemplo, a Euribor) ou que inclua um spread sobre esse mesmo indexante e que não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar, para o seu detentor, em perda do valor nominal e de juro acumulado (excluindo-se os casos de risco de crédito). Os contratos para conceder ou contrair empréstimo em base líquida e os instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como contratos ligados a tais instrumentos que, se executados, resultam na entrega de tais instrumentos, são também mensurados ao custo, menos perdas por imparidade acumuladas.

Os demais instrumentos financeiros são mensurados ao justo valor, como contrapartida em resultados. Nestes casos, a empresa não inclui os custos de transacção na mensuração inicial do activo ou passivo financeiro.

Enquanto a empresa for detentora de um instrumento financeiro, a política de mensuração não é alterada para esse passivo financeiro.

11.2 - Activos e Passivos financeiros:

(valores expressos em euros)

	Mensuradas ao justo valor através de resultados	Mensuradas ao custo amortizado	Mensuradas ao custo	Imparidades acumuladas	Reconhecimento Inicial
Activos Financeiros:			984.624,44		
Clientes			27.992,00		
Adiantamentos a fornecedores					
Accionistas/Sócios					
Outras contas a receber			956.632,44		
Activos financeiros detidos para negociação					
Dos quais: Acções e quotas incluídas na conta "142"					
Outros activos financeiros					
Dos quais: Acções e quotas incluídas na conta "1431"					
Dos quais: Outros instrumentos financeiros incluídos na conta "1431"					
Passivos Financeiros:			480.562,78		
Fornecedores					
Adiantamentos de clientes					
Accionistas/Sócios					
Financiamentos obtidos					
Dos quais: empréstimo por obrigações convertíveis que se enquadram na definição de passivo financeiro			50.000,00		
Dos quais: Prestações suplementares que se enquadram na definição de passivo financeiro					
Aumentos ocorridos no período					
Diminuições ocorridos no período					
Outras contas a pagar					
Passivos financeiros detidos para negociação					
Outros passivos financeiros					
Ganhos/Perdas líquidos reconhecidos de:					
Activos Financeiros					
Passivos Financeiros					
Total de rendimentos e gastos do juros em Ganhos/Perdas líquidos reconhecidos de:					
Activos Financeiros					
Passivos Financeiros					

11.3 - Montante do capital realizado:

A 31 de Dezembro de 2011 a empresa detinha um capital realizado de 48.000,00 euros.

11.4 - Variação de capital próprio:

(valores expressos em euros)

	Saldo Inicial	Débito	Crédito	Saldo Final
Capital	34.000,00	-	14.000,00	48.000,00
Jóias	34.000,00	-	14.000,00	48.000,00
Acções (quotas) Próprias	-	-	-	-
Valor nominal	-	-	-	-
Descostos e prémios	-	-	-	-
Outros Instrumentos de capital	-	-	-	-
Prémios de emissão	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-
Reservas legais	-	-	-	-
Outras reservas	-	-	-	-
Resultados transitados	16.167,32	24.961,95	-	8.794,63
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis	-	-	-	-
Reavaliações decorrentes de diplomas legais	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Outras variações no capital próprio	860.578,46	280.329,89	-	580.248,57
Subsídios	858.318,56	280.329,89	-	577.988,67
Doações	2.259,90	-	-	2.259,90
Outras	-	-	-	-

12 - BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Informações gerais:

O número de pessoas ao serviço e número de horas trabalhadas foi de 3 pessoas 6512 horas.

(valores expressos em euros)

Gastos com Pessoal	Total
Remunerações dos órgãos sociais	-
dos quais: Participações nos lucros	-
Remunerações do pessoal	99.521,34
dos quais: Participações nos lucros	-
Benefícios pós-emprego	-
Indemnizações	-
Encargos sobre remunerações	19.951,82
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	961,42
Gastos de acção social	-
Outros gastos com pessoal	-

13 - DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

(valores expressos em euros)

	Mercado interno	Mercado Comunitário	Extra-Comunitário	Total
Vendas				-
Prestações de serviços	469.273,20			469.273,20
Compras				-
Fornecimentos e Serviços Externos	592.255,35	22.462,48	1.677,40	616.395,23
Aquisições de activos fixos tangíveis	6.002,45			6.002,45
Aquisições de propriedades de investimento				-
Aquisições de activos intangíveis				-
Rendimentos suplementares				-
Serviços Sociais				-
Aluguer de equipamento				-
Estudos, projectos e assistência tecnológica				-
Royalties				-
Outros				-
Vendas e prestações de serviços (valores não descontados)				-
Compras e fornecimentos e serviços externos (valores não descontados)				-

14 - OUTRAS INFORMAÇÕES

14.1 - Estado e Outros Entes Públicos:

(valores em euros)

Estado e Outros Entes Públicos	31-12-2011	31-12-2010
Imposto sobre o rendimento		
Retenção de Imposto sobre rendimentos	- 2.562,50 €	- 1.544,75 €
Imposto sobre o valor acrescentado	6.708,65 €	
Segurança Social	- 4.394,78 €	- 1.954,68 €
Outros impostos		
Total	- 248,63 €	- 3.499,43 €

14.2 - Outros rendimentos e ganhos:

(valores em euros)

	31-12-2011	31-12-2010
Rendimentos suplementares		
Desconto de pronto pagamento obtidos		
Recuperação de dívidas a receber		
Ganhos em inventários		
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros		
Rendimentos e ganhos nos restantes activos não financeiros		
Juros obtidos		
Dividendos		
Outros	282.199,07 €	153.822,88 €
Total	282.199,07 €	153.822,88 €

14.3 - Outros gastos e perdas:

(valores em euros)

	31-12-2011	31-12-2010
Impostos	345,91 €	130,86 €
Descontos de pronto pagamento concedidos		
Dívidas incobráveis		
Perdas em inventários		
Gastos e perdas nos restantes investimentos financeiros		
Gastos e perdas em restantes investimentos não financeiros		
Outros	29.535,20 €	172,99 €
Total	29.881,11 €	303,85 €



14.4 - Fornecimentos e Serviços Externos:

(valores em euros)

Fornecimentos e serviços externos	31-12-2011	31-12-2010
Subcontratos		5.820,00 €
Serviços especializados		
Trabalhos especializados	456.833,15 €	117.659,92 €
Honorários	14.117,47 €	7.301,07 €
Materiais		
Material de escritório	587,99 €	1.548,20 €
Deslocações, estadas e transportes		
Deslocações e estadas	85.187,65 €	7.759,68 €
Serviços diversos		
Rendas e alugueres	59.647,09 €	500,00 €
Comunicação	21,88 €	103,02 €
Despesas de representação		2.887,19 €
Total	616.395,23 €	143.579,08 €

14.5 - Diferimentos:

(valores em euros)

Diferimentos	31-12-2011	31-12-2010
Gastos a reconhecer		
Projecto G + H	19.080,00 €	
Se.Acidentes Trabalho	667,00 €	444,07 €
Fira Internacional de Barcelona	85.337,00 €	
Total	105.084,00 €	444,07 €

Porto, 24 de Fevereiro de 2012

O Técnico Oficial de Contas:

A Administração:

CERTIFICAÇÃO DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras da “**Associação Integralar - Intervenção de Excelência no Sector Agro-Alimentar**” (**Associação**), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2011, (que evidencia um total de 1.205.220 euros e um total de capital próprio de 597.795 euros, incluindo um resultado líquido do período negativo de 21.659 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Associação, o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/ Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da "**Associação Integral - Intervenção de Excelência no Sector Agro-Alimentar**", em 31 de Dezembro de 2011, o resultado das suas operações e as alterações nos capitais próprios no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

ÊNFASE

9. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo n.º 7 acima, chamamos a atenção para a situação seguinte:

- Uma parte relevante da actividade da Associação é financiada através de subsídios obtidos no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional, razão pela qual o estrito cumprimento dos contratos celebrados é essencial à continuidade das operações.

Porto, 23 de Fevereiro de 2012

Carlos Afonso Dias Leite Freitas dos Santos
R.O.C. 1314 - ROC Executor

António Magalhães & Carlos Santos - SROC
representada pelo Sócio-Administrador
Carlos Alberto Freitas dos Santos - R.O.C. n.º 177

Moreira da Maia, 24 de Fevereiro de 2011.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

João Miranda

Amândio Santos

Tim Hogg

João Vieira

Ana Raquel Vieira de Castro

André Oliveira

Manuela Vaz Velho.